

ERNESTO SAÚL NHAPANZE
& CLÁUDIA MBENDANE

PERCURSOS FORMATIVOS DO JORNALISMO EM MOÇAMBIQUE HOJE: LIMITAÇÕES E DESAFIOS

RESUMO: O presente trabalho analisa a evolução e os desafios da formação dos Jornalistas em Moçambique, considerando as três etapas da história do país (período colonial, pós-independência e da democracia multipartidária). A partir de uma base metodológica qualitativa, compara-se os currícula do ensino de jornalismo das principais instituições académicas com os modelos internacionais de formação jornalística, estabelecendo uma relação entre o projecto político-pedagógico e as práticas profissionais dos media. Com recurso à análise de conteúdos dos principais periódicos procura-se traçar a orientação profissional e formativa dos Jornalistas, dentro dos contextos sociopolíticos e económicos que caracterizam o exercício da actividade jornalística e de formação em Moçambique.

Palavras-chave: Academia; Ensino; Currícula; Media.

ABSTRACT: This paper analyses the evolution and challenges of the training of journalists in Mozambique, considering the three stages of the country's history (colonial period, post-independence and multi-party democracy). Based on a qualitative methodological, this paper makes a comparison between the curricula of journalism teaching in the main academic institutions and the international models of journalism training, establishing a relationship between the political-pedagogical project and the professional practices of the media. Through the analysis of the contents of the main periodicals, the aim is to outline the professional and training guidelines for journalists, within the socio-political and economic contexts that define the performance of journalism and training in Mozambique.

Keywords: Academy; Teaching; Curricula, Media.

INTRODUÇÃO

Em que medida a academia moçambicana projecta profissionais qualificados para responder às necessidades de um mercado jornalístico marcado por múltiplas demandas de informação e conhecimento? Esta é a questão que o presente trabalho procura responder, num cenário de disparidades de oportunidades de formação académica e de uma academia ainda em permanente estruturação face aos condicionalismos sociopolíticos, económicos e sociais que caracterizam o país, em todas as fases da sua história.

A presente reflexão analisa, assim, a forma como os jornalistas moçambicanos são formados, desde a época colonial ao Moçambique Democrático; discute a orientação curricular dos cursos de jornalismo na academia; e identifica as vias de especialização dos cursos de formação em jornalismo, traçando o perfil do Jornalista formado na academia.

Através de uma base metodológica qualitativa, numa perspectiva comparativa, procedeu-se à análise aos currícula do ensino de jornalismo e à legislação moçambicana relativa à educação e formação técnico-profissional. Foram identificados, por outro lado, os factores que condicionam a formação profissional dos media no país, através da análise de conteúdos jornalísticos de parte dos periódicos das três principais fases históricas do país (sobretudo colonial), cruzada com os modelos internacionais de formação jornalística. Embora a análise tenha incidido sobre cinco instituições de ensino Superior públicas e privadas, foi dado um enfoque específico às instituições públicas (Universidade Pedagógica de Maputo, Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane e Escola Superior de Jornalismo), por serem as que mais se notabilizam nesta área de formação nos últimos anos.

A principal limitação da análise prende-se com as disparidades de estruturação dos currícula actualmente explorados pela academia moçambicana, sobretudo no que a categorização das disciplinas diz respeito. Por outro lado, há toda uma necessidade de se aprofundar

a comparação curricular em função das já referidas três etapas da história do país, para a construção de uma imagem mais aprofundada da evolução da formação jornalística moçambicana ao longo do tempo.

A EMERGÊNCIA DO JORNALISMO E OS DESAFIOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM MOÇAMBIQUE

“É um contrassenso que a imprensa noticie diariamente a história de uma sociedade e não imprima em suas páginas a história do profissional que a faz” (BERNARDO e LEÃO, 2013: 2), não se podendo, por isso, abordar o percurso formativo dos jornalistas sem que se compreenda os contextos sociopolítico, económico e cultural em que a profissão se desenrola. A história do campo jornalístico é, por isso, determinante na análise da evolução da profissão.

A periodização do percurso do jornalismo em Moçambique é vista sob diferentes perspectivas. Capela (1996) define dois períodos: Da fundação à censura prévia e de 1926 a 1954. Rocha (2000) descreve oito períodos entre 1854 e 1974. Por seu lado, Massingue (2000), sobre a qual o presente capítulo se alicerça, destaca quatro etapas: regida pelas regras e perfis da metrópole, a imprensa de combate, a pós-independência e o pós-1990. Desta perspectiva, destacam-se, em síntese, três principais etapas: Da imprensa colonial, do jornalismo pós-independência e, finalmente, do Moçambique democrático. As tendências editoriais da imprensa moçambicana, até à independência, posicionaram-se entre a “crítica ao governo colonial e a fidelidade à ocupação” operando, por vezes como “mediadores entre o governo e o cidadão, e colaboradores do regime para o alcance dos propósitos da colonização” (FONSECA & GARCIA, 2013: 120a).

Os conhecimentos jornalísticos aplicados nas narrativas da imprensa da época¹ resultam, então, do desenvolvimento do movimento

¹ Este cenário é observável no semanário O Brado Africano de 1968.

literário desse período, o que denota uma mescla de um jornalismo praticado por intelectuais², “essencialmente escritores, e amadores, compostos por profissionais das mais variadas condições sociais como empregados comerciais, agricultores, magistrados judiciais, médicos, professores, missionários e clérigos, veterinários, militares” [...] (LOPO, 1964 apud HOHLFELDT & CARVALHO, 2012), à semelhança do que ocorreu um pouco por todas as colónias portuguesas.

O jornalismo do período colonial, em Moçambique, desenvolve-se, assim, num cenário de “incipiente formação e profissionalização” (FONSECA & GARCIA, 2013: 121b), e de ausência de instrumentos, normas e entidades reguladoras dos media, uma tendência verificada na transição para o Moçambique Independente, época do partido único, em que “os jornalistas são essencialmente estudantes do ensino secundário, entusiasmados com a profissão” (Leite, 2019:38), até porque a formação superior em Jornalismo em Portugal só iniciara em 1979 (TEIXEIRA, 2010: 29). Por outro lado, a formação de jornalistas no período de transição e pós-independência resultou de uma combinação entre formação no estrangeiro e internamente, proporcionada pela Escola de Jornalismo de Moçambique, a primeira instituição de formação técnico-profissional do género no país, sobretudo a partir dos finais da década de 1970, posteriormente transformada em Escola de Jornalismo e Escola Superior de Jornalismo³. Esta entidade providenciava cursos de curta duração, “beneficiando jornalistas já trabalhando nas redacções, mas com uma formação académica de base, exigindo-se o mínimo de seis anos de escolaridade para ingresso nos quadros editoriais das diferentes instituições jornalísticas” (JOANGUETE, 2013: 127a).

Ao mesmo tempo em que se assiste ao surgimento de uma imprensa “independente e investigativa” no Moçambique democrático

² Os poetas Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos e José Craveirinha foram colaboradores de periódicos e revistas da época.

³ A partir de 1990 passa a leccionar cursos de jornalismo de nível médio e a partir de 2009 assume o estatuto de instituição de ensino superior.

(CHICHAVA & POHLMANN, 2010: 131), mercê da criação, em 1990, de um quadro constitucional mais pluralista e assente nas liberdades fundamentais, verifica-se um esforço de criação de iniciativas extra-curriculares de treinamento de jornalistas⁴, geralmente promovidas pelos empregadores, para colmatar a ausência de formação específica dos profissionais, em princípio contratados com nível médio do ensino secundário geral. O domínio da língua portuguesa continua, assim, um dos requisitos para a integração dos novos jornalistas⁵.

Na segunda metade da década 90, especialmente em 1996, introduz-se, em Moçambique, “a Licenciatura em Ciências da Comunicação com áreas de concentração em Jornalismo [...], pelo então Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) [...], seguido pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, em 2004, com o curso de Jornalismo” (JANE et alii, 2017: 284a). Estima-se, actualmente, a existência de uma média de oito instituições de ensino Superior a leccionar estes cursos, maior parte das quais concentradas em Maputo.

A ACADEMIA MOÇAMBICANA E OS MODELOS DE FORMAÇÃO JORNALÍSTICA

Analisar os modelos de formação dos jornalistas em Moçambique implica compreender os factores estruturais que influem na formação e profissionalização desta classe, desde os já referidos contextos socioeconómicos e culturais em que o jornalista actua, e “de mentalidade da sociedade e do seu público receptor” (ROCHA,

⁴ O centro de formação profissional da Rádio Moçambique, outrora escola de formação de jornalistas, inicialmente dedicado ao treinamento dos seus quadros, actualmente aberto ao público, é um dos exemplos.

⁵ Trata-se de uma tendência verificada na primeira metade da década 90, embora seus sinais sejam ainda verificáveis na actualidade, sobretudo nas províncias com défices de instituições de ensino superior em jornalismo.

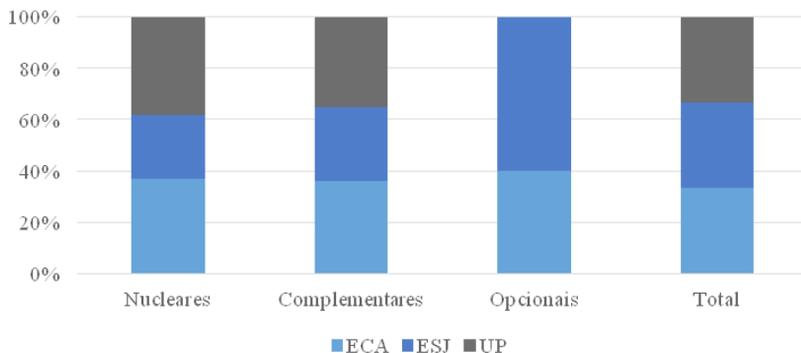
2008: 9). Isto decorre do facto de os projectos político-pedagógicos dos sistemas educativos orientarem-se para a resposta às necessidades de educação típicas desses contextos. Por isso a UNESCO define três critérios de análise da qualidade da formação profissional em jornalismo sobre os quais a presente análise irá incidir, não de forma isolada, mas entre si articulados, a saber: “Estruturação curricular e capacidade institucional; serviço público e profissional, relações externas e reconhecimento; e plano de desenvolvimento, estratégia e potencial” (FOOTE, 2008 apud MARINHO, 2015: 20). Portanto, uma leitura dos princípios da educação em Moçambique, em articulação com a posição da formação em jornalismo nos subsistemas de educação, de acordo com o quadro legal vigente no país revela-se importante.

O Sistema Nacional de Educação em Moçambique é regido por princípios pedagógicos, que se resumem no saber ser, saber estar e saber fazer, de acordo com a Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro. Portanto, um sistema alicerçado na educação prática de Immanuel Kant (2006), aquela que se funda na cultura escolástica (habilidade); na formação pragmática (prudência) e no cultivo da moral (moralidade). Apesar de algumas diferenças, na sua essência, os currícula de formação em jornalismo e comunicação na academia moçambicana orientam-se para a promoção do *Saber* (conhecimentos técnicos do jornalismo e da comunicação), *Saber fazer* (competências e habilidades técnicas do jornalismo e suas ferramentas tecnológicas) e *Saber ser* (compromisso ético-deontológico e moral enquanto profissional e cidadão)⁶. Os créditos destes cursos são distribuídos de forma diferenciada em cada instituição de ensino. Enquanto algumas optam pelo modelo baseado em critérios de especialidade das cadeiras – Disciplinas *nucleares* (aquelas que tratam especificamente de matérias de jornalismo ou comunicação), *complementares* (que podem ser de escolha limitada ou opcionais), outras optam pela síntese de créditos semestrais, tendendo, regra-geral, para a atribuição de um peso mais significativo

⁶ Síntese da análise aos currícula da ECA, ESJ, ISCIM, UCM, A Politécnica e UP.

às disciplinas nucleares, tal como demonstra o gráfico abaixo, que, a título ilustrativo retrata o cenário das três principais instituições de ensino superior em jornalismo.

Gráfico I: Distribuição de créditos curriculares por natureza das disciplinas na licenciatura em jornalismo



Fonte: Elaboração dos autores

Os graduados são habilitados a trabalhar nos órgãos de comunicação social e nas empresas como assessores de imprensa ou desenvolver trabalhos independentes, cujos candidatos aos cursos devem possuir o nível médio do ensino secundário geral ou equivalente. Se por um lado os candidatos aos cursos são aspirantes à profissão, por outro são constituídos por jornalistas em exercício, sem formação específica. Vale, igualmente, lembrar que no caso moçambicano, coexiste um outro modelo de formação de jornalistas, do nível médio, promovido pela Escola Superior de Jornalismo. Estes cenários revelam que os currículos de formação em jornalismo em Moçambique tendem a alinhar-se aos modelos internacionalmente definidos, como é o caso da proposta da UNESCO que, além de sugerir um bacharelado⁷ (três

⁷ Que se equipara, regra-geral, à licenciatura no contexto moçambicano.

ou quatro anos) e mestrado de dois anos (para quem tenha estudado ou não jornalismo), propõe um programa de estudos de dois anos que sirva de preparação básica para a profissão de jornalista ou como uma ponte entre o ensino médio e o curso universitário de jornalismo (ROGERS, 2007: 11).

O aparente alinhamento curricular nacional aos modelos internacionais revela-se, ainda assim, incipiente, sobretudo no que respeita à estruturação do ensino em jornalismo diz respeito. Se por um lado o subsistema de educação técnico profissional do país parte do nível básico e evolui para os níveis médio e Superior, incluindo a formação extra-institucional (promovida pelos empregadores e Organizações Não Governamentais), a orientação curricular dos cursos de Jornalismo parece estabelecer a ideia de que o jornalista profissional seja aquele formado na academia, tal como destaca Marinho (2015:27), na sua análise ao modelo português de profissionalização jornalística. Este cenário demonstra uma tendência recorrente de as instituições de ensino superior concentrarem suas atenções nas disciplinas nucleares, ou seja, num *saber fazer* que pode ser cultivado nos níveis básico e médio de formação.

Os actuais modelos curriculares podem, assim dificultar a satisfação das necessidades do mercado em níveis da profissão “que exigem profissionais qualificados” (SKINNER, apud MARINHO, 2015: 196a), mas não necessariamente especializados. A radiodifusão comunitária e público-privada, que opera em zonas desprovidas de oportunidades de formação superior, por conta da concentração das instituições de ensino superior nos grandes centros urbanos, é um dos exemplos. Assim, o efectivo alinhamento dos currícula aos pressupostos do Subsistema Educação Técnico-profissional permitiria o estabelecimento de um modelo de formação progressista, uma proposta de solução para a “tensão entre teoria e prática na formação em Jornalismo” (SKINNER, apud MARINHO, 2015: 196b).

A partir da licenciatura, a formação seria, assim, orientada, não para questões elementares de produção noticiosa (recolha, processamento e difusão da informação) mas para “o questionamento

aos processos complexos de produção das notícias”, tal como defende Hanitzsch (2007), dado que a licenciatura representa essa ponte para a especialização do jornalista, conforme veremos mais adiante. A aproximação entre os currícula e as novas demandas da actualidade parece-nos outro aspecto importante na discussão sobre a formação em Jornalismo em Moçambique, até porque tal como refere Kant (2006: 446), “a educação é uma arte cuja prática necessita de aperfeiçoamento por várias gerações”. A meio do surgimento de novos conceitos como *Fake News*; Cibersegurança e Segurança Jornalística, pouco ou quase nada se pode observar, nos currícula, em termos de conteúdos sobre estas matérias, sendo, porém, abordadas de forma transversal nas disciplinas complementares.

A gestão das instituições, aliada aos factores económicos, condiciona, igualmente, o alcance do conhecimento prático da profissão, por conta das deficiências e/ou inexistência de laboratórios nas instituições académicas de jornalismo, dada a necessidade do “ensino em jornalismo adaptar-se as exigências profissionais da actualidade diante das inovações tecnológicas”, segundo Schuch (2002). Uma das saídas adoptadas para esta limitação são os estágios profissionais, que duram entre três a seis meses.

A FORMAÇÃO JORNALÍSTICA E AS POSSIBILIDADES DE ESPECIALIZAÇÃO

O debate à volta da especialização do jornalista profissional não parece de todo tão antigo como se pode pensar. Na Europa, especialmente Espanha, “o jornalismo especializado vem, desde a década de 1970, como actividade académica e a partir da década de 1980, como objecto de estudo e como uma área científica dentro da chamada *Periodística* e das *Ciências de la Comunicación*” (MORAL, apud TAVARES, 2009: 116a).

Apesar da existência de várias visões, três principais correntes giram à volta das características do jornalismo especializado. A primeira relaciona-se ao *quadro ocupacional e à divisão do trabalho*.

A segunda refere-se ao *veículo ou suporte através do qual a informação é difundida* e a terceira concentra-se no *tipo de conteúdo*, conforme atesta Tavares (2009: 120-128b). A perspectiva ocupacional propõe que a especialização decorra da clarificação dos papéis e responsabilidades individuais nos processos produtivos, portanto, uma visão clássica e taylorista da divisão do trabalho “que inclui uma escala hierárquica de autoridade” (CHIAVENATO, 1983: 79). Assim, pensar na especialização do Jornalista significa, automaticamente, investir no aprofundamento de conhecimentos, habilidades e competências relacionados ao tipo de tarefas por ele desempenhadas ao nível das redacções (cinigrafistas, realizadores, fotógrafos, realizadores, editores, repórteres/jornalistas, etc.). A perspectiva baseada no veículo de difusão preconiza uma especialização voltada ao tipo de órgão de comunicação (Jornalismo impresso, radiofónico, televisivo e o agora chamado de Web jornalismo). A abordagem centrada no conteúdo defende, essencialmente, o carácter interdisciplinar da profissão, atribuindo-se ao jornalismo o papel de fornecimento de informação e de “conhecimento” ao público consumidor (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003: 22).

Uma análise às políticas de recursos humanos e das principais empresas jornalísticas⁸, em Moçambique, permite visualizar uma composição das redacções caracterizada, regra-geral, por Jornalistas/Repórteres (incluindo repórteres de imagem) hierarquicamente categorizados (Jornalista júnior, Jornalista sénior, editor, subeditor, chefe da redacção, etc.), portanto, uma abordagem baseada na divisão do trabalho. Embora as rotinas dos jornalistas nas redacções não clarifiquem até que ponto estes profissionais participam na produção de informação para as diversas plataformas de difusão de informação dessas mesmas empresas, observa-se, também, uma tendência implícita, de orientação profissional dos jornalistas com base no tipo de veículo através do qual a informação é difundida. Estas práticas

⁸ Rádio Moçambique, STV, TV Miramar e Jornal Notícias.

demonstram um alinhamento curricular da academia com “as práticas do mercado”, tal como refere Mattos (2005: 587).

Os currícula do ensino superior em Jornalismo em Moçambique, ao nível da licenciatura, incorporam a especialização em duas perspectivas: através das disciplinas nucleares e através de cadeiras opcionais. Jornalismo na imprensa escrita, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessoria de imprensa e comunicação multimédia e Jornalismo móvel são as principais opções oferecidas. Embora prevaleçam algumas diferenças, predominam, nestes cursos, as disciplinas nucleares em detrimento das opcionais.

O panorama curricular anteriormente descrito revela a ausência, nos cursos de especialização, da abordagem centrada no conteúdo, aquela voltada à interdisciplinaridade do Jornalismo para a oferta de conhecimento específico ao público, como são os casos do jornalismo ambiental, jornalismo económico, jornalismo científico, jornalismo político e de outros domínios, “actualmente oferecidos por instituições públicas ou ONG’s, de forma pouco sistemática e desajustada às necessidades dos media” (JOANGUETE, 2013: 133b). A inclusão destas áreas de formação jornalística na academia moçambicana constitui, ainda, um desafio, tal como sugere a UNESCO, para que “o desenvolvimento intelectual continue não somente nos cursos de jornalismo, mas também nos cursos de humanidades e ciências, que podem se tornar um campo de especialização para os estudantes universitários”. Portanto, “ainda que as disciplinas não sejam práticas ou técnicas, devem servir de forma direta e contribuir no exercício da profissão jornalística, ao que não são válidas, disciplinas teóricas desfocadas da profissão” (TAVARES, 2009: 116).

A PÓS-GRADUAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO JORNALÍSTICA

“Especializar-se seria [...] ter um conhecimento aprofundado sobre o assunto, seja política, economia ou ciência” (SANTOS, 2012:

202). Deriva daqui a ideia de que o jornalismo especializado suscita a segmentação de audiências, exigindo-se conhecimentos, habilidades e competências específicos, tradicionalmente gerados ao nível da pós-graduação. Em Moçambique, duas principais instituições públicas de ensino Superior leccionam ou projectam⁹ leccionar cursos de Mestrado em Jornalismo e Estudos de Media (Universidade Pedagógica de Maputo e Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane¹⁰), embora outras privadas ofereçam, também, estes cursos.

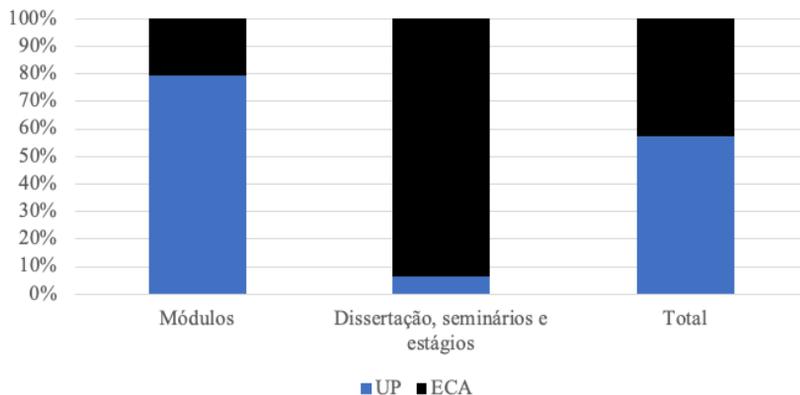
O mestrado da ECA inclui a especialização em Gestão de Empresa Digital e Gestão de Conteúdos Digitais, enquanto a UP oferece uma especialização em Medias Digitais. Embora se verifiquem sinais de especialização baseada no *conteúdo* (áreas transversais como Democracia, Cidadania, Educação e História), sobretudo ao nível da UP, dos objectivos ao perfil de profissionais traçados, estes mestrados incidem na especialização baseada no *quadro ocupacional e divisão do trabalho*, e no *veículo ou suporte de difusão*, com foco na construção de um profissional produtor do conhecimento jornalístico e capaz de conceber e liderar projectos e empresas de media.

Os conteúdos da ECA concentram-se nos módulos, seminários e na dissertação, atribuindo baixo peso aos créditos correspondentes aos módulos, se comparados aos da dissertação, ao passo que a UP atribui maior peso aos módulos comparativamente à dissertação. Importa referir que a ECA agrega, no mestrado em projecção, a componente de estágio curricular, à semelhança do que ocorre nos cursos de licenciatura, conforme ilustra o gráfico abaixo.

⁹ A ECA introduz o Mestrado em Gestão de Medias Digitais em 2021.

¹⁰ Embora em fase de aprovação, o plano curricular da ECA praticamente finalizado cujo curso inicia em 2021.

Gráfico 2: Distribuição de créditos curriculares ao nível do mestrado em jornalismo e medias digitais



Fonte: Elaboração dos autores

A UP define três componentes do Mestrado em Jornalismo e Estudos de Media, nomeadamente: A componente curricular; co-curricular; e actividades práticas. A componente curricular subdivide-se em *geral* e *de especialização*. As actividades práticas subdividem-se, também, em duas componentes, tais como: *Apresentação de relatórios* e *seminários de progresso*, perfazendo 94% dos créditos do curso, sendo a subcomponente de especialização a que mais atenção merece. Ao nível da ECA, os módulos são, na sua totalidade, nucleares, atribuindo-se, a já referida primazia aos estágios e dissertação¹¹, com cerca de 67% dos créditos. Uma questão não menos importante seria compreender a relevância dos estágios ao nível da pós-graduação, proposto pela ECA, considerando que tais visam “capacitar o jovem estagiário para a sua integração ao mercado de trabalho [...], fazendo com que o aluno conheça a realidade profissional da carreira

¹¹ Definida como monografia no seu plano curricular.

que pretende seguir” (VALVERDE, 2006: 78). Portanto, uma iniciação profissional que, não deixando de ser relevante, parece uma lógica, em muitos casos, projectada para o nível da licenciatura. Os currícula em análise demonstram, assim, uma tendência voltada à investigação, ao introduzirem módulos conectados às tendências do mercado (Media e sociedade, Políticas e Estratégias do audiovisual, novas narrativas dos media, etc.), o que permite colmatar o enorme “desafio de formação de docentes e pesquisadores” em Moçambique (JANE et alii, 2017: 256b). Todavia, em vários módulos subjaz a tendência de réplica de conteúdos lecionados na licenciatura nestes mestrados, o que pode representar uma forma de socialização formativa de quem não tenha cursado uma licenciatura em Jornalismo ou um esforço de aprofundamento do que é apreendido ao nível da licenciatura, apesar de os referidos conteúdos estarem virados ao saber fazer já cultivado nos níveis anteriores.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

A formação em Jornalismo, em Moçambique é, em parte, fruto da sua herança histórica, cujas práticas foram, ao longo dos tempos, influenciadas pela administração do regime colonial português. Esta influência é visível tanto ao nível das práticas jornalísticas propriamente ditas (voltadas à reivindicação de direitos de determinados segmentos e no apoio aos ideais do regime colonial), como nos mecanismos de acesso e integração profissional dos jornalistas e no tipo de instituições de ensino até então existentes. Portanto, dificilmente se pode apontar para a existência de formação profissional em jornalismo tanto no período colonial como no Moçambique independente, sobretudo no intervalo entre as décadas de 70 a 80.

Actualmente, embora os currícula sejam visivelmente voltados para a resposta às exigências do mercado, a academia moçambicana investe, efectivamente, no modelo de especialização *stricto sensu*, ao permitir que o formando, uma vez concluído o mestrado ou doutoramento, siga a carreira académica ou de ensino (com direito a

diploma). Desta forma, a academia satisfaz não apenas as exigências do mercado jornalístico cada vez mais exigente quanto a habilidades e competências dos seus profissionais, mas também as necessidades de um quadro docente qualificado para a leccionação destes cursos. Contudo, o modelo *Lato sensu*, aquele mais técnico, de curta duração e voltado ao mercado de trabalho e que responde às necessidades de certificação profissional de quem os frequenta, não implicando necessariamente o acesso a um diploma, mas a um certificado, continua pouco explorado. Importa, porém, destacar o facto de a UP caminhar para uma dupla abordagem (*Stricto Sensu e Lato sensu*), pois prevê que o mestrando que tenha concluído a componente curricular tenha direito a um certificado de cadeiras feitas (sem diploma) ao passo que a obtenção do título de Mestre em Jornalismo e Estudos de Media é obtido mediante a conclusão de todas as actividades académicas, incluindo a dissertação.

Ao descurar a exploração da possibilidade de pós-graduação *Lato sensu*, como se pode observar no caso da ECA, a academia moçambicana não só perde uma oportunidade de satisfazer as demandas de capacitação de profissionais inseridos num mercado cada vez mais exigente do ponto de vista de conhecimentos, habilidades e competências, como também não se permite agir no sentido de colmatar o vazio de profissionalização dos jornalistas no activo ao nível das redacções que, por diversos condicionalismos característicos da profissão, não podem frequentar uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, regra-geral, mais exigentes do ponto de vista de tempo e recursos.

A outra nota relaciona-se aos mecanismos de ingresso à formação académica em Jornalismo e ao tipo de disciplinas lecionadas. No actual cenário, é na academia onde se aprimoram as técnicas específicas do fazer jornalístico, dada a escassez de cursos básicos e médios de formação em Jornalismo em Moçambique. Este vazio limita o aprofundamento técnico-científico desses saberes ao nível da academia, o que faz com que as instituições de ensino superior (ao nível da licenciatura) repliquem matérias, de forma superficial,

que seriam lecionadas em níveis de formação anteriores. Em última instância, isto dificulta, ainda, a definição do rumo a ser tomado na definição do Jornalista profissional, um debate ainda inconclusivo no país (o lugar profissional dos jornalistas do nível médio e do formado na academia).

A concentração das instituições de ensino superior em jornalismo em Maputo e, apenas uma, em Nampula e outra em Chimoio, aumenta as disparidades de oportunidades de profissionalização dos jornalistas e perpetua o despreparo destes, o que impacta na qualidade do produto oferecido ao público. Extrai-se, daqui, o facto de a maioria de jornalistas efectivamente formados concentrarem-se, também, nos grandes centros urbanos. A ausência de estratégias consistentes de formação, baseada em bolsas de estudo, uma prática iniciada sobretudo na década de 90 e paulatinamente abandonada pelas empresas públicas de comunicação, por exemplo, tende a perpetuar as disparidades de formação e especialização dos quadros destas empresas. Portanto, pensar na profissionalização do Jornalista moçambicano através da academia, implica definir estratégias de aproximação da academia, no mínimo, ao nível das capitais provinciais, o que pode implicar a definição de parcerias estratégicas entre as instituições de ensino para a sua materialização.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO, C.H.C. & LEÃO, I.B. (2013), “Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n.º 65, pp. 337-358. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rb/h/v33n65/14.pdf>.
- CHIAVENATO, I. (1983), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, S. Paulo: McGraw-Hill do Brasil, Ltda.
- CHICHAVA, S. & POHLMANN, J. (2010), “Uma breve análise da imprensa moçambicana”, in: DE BRITO, L., CASTEL-BRANCO, C.-N., CHICHAVA,

- S. & FRANCISCO, A. (Orgs.). *Desafios para Moçambique 2010*, Maputo: IESE, pp. 127-136.
- FONSECA, I.A. & GARCIA, J.L. (2013), “A imprensa e a emergência do jornalismo no Moçambique monárquico”, *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* – v.3, n.1, in: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23011/1/ICS_JLGarcia_Im prensa_ARI.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23011/1/ICS_JLGarcia_Im%20prensa_ARI.pdf).
- HANITZSCH, T. (2007). “Deconstructing Journalism Culture”, *Communication Theory*, Vol. 17, pp. 367-385, in: [file:///C:/Users/User/Downloads/Deconstructing_Journalism_Culture_Toward%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Deconstructing_Journalism_Culture_Toward%20(1).pdf).
- HOHLFELDT, A. & CARVALHO, C.C. (2012), “A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa”, *Intercom – RBCC*, São Paulo, v.35, (2), pp. 85-100, in: <file:///C:/Users/User/Downloads/1445-3582-1-PB.pdf>.
- JANE, T. et alii (2017), “Políticas científicas de comunicação e os desafios da pós-graduação em comunicação. Um breve panorama sobre Moçambique, CECS, pp. 247-256, in: [file:///C:/Users/User/Downloads/2723-9981-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/2723-9981-1-PB%20(5).pdf).
- JOANGUETE, C.V.T. (2013), *As mudanças para o jornalismo digital na imprensa pública e privada moçambicana: estudo comparativo dos jornais Notícias e a @ Verdade*. Tese de Doutoramento em Ciência da Comunicação Especialidade em Media e Jornalismo, Braga: Universidade do Minho.
- KANT, I. (1996), *Sobre a pedagogia*, segunda edição, revisada, Piracicaba (SP): Editora UNIMEP.
- KOVACH, B. & ROSENSTIEL, T. (2003), *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*, Trad. Wladir Dupont, São Paulo: Geração Editorial.
- LEITE, M.L.M. (2019), *O Jornalismo no Processo de Democratização de Moçambique: Continuidade ou Ruptura?* Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social.
- MARINHO, S. (2015), *Jornalismo e formação em mudança: Modelos e construções na análise do caso português*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

- MATTOS, M.Â. (2017), “Modelos de formação do Comunicador Social no Contexto da Universidade de Serviços no Brasil: dos anos 40 ao terceiro milênio”, Livro de actas – 4.º SOPCOM, pp. 581-590.
- ROCHA, P.M. (2000), “A importância da formação do profissional jornalista e sua relação com o meio ambiente social no século XXI”, in: <http://www.bocc.pt/pag/rocha-paula-importancia-da-formacao-do-jornalista.pdf>.
- ROGERS, A.P. (2010), UNESCO. Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo, recuperado em Agosto de 2020, de file:///C:/Users/User/Downloads/151209por%20(1).pdf.
- SANTOS, M. (2012), “O perfil de jornalistas na cobertura especializada em ciência”, *Comun. & Inf.*, v. 15, n.1, pp. 197-216.
- SCHUCH, H.A. (2002), “Adequação do ensino na formação de jornalistas”, *Comunicação apresentado no Fórum de Professores de Jornalismo*, Porto Alegre, 28-30 de Abril de 2002, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- TAVARES, F.M.B. (2009), “O jornalismo especializado e a especialização periodística”. *Estudos em Comunicação*, n. 5, pp. 115-133, in: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>.
- TEIXEIRA, P.O. (2009/2010), *O ensino do jornalismo em portugal-uma história e análise dos planos curriculares*, Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- VALVERDE, L. F. (2006), *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências da Comunicação na área de Jornalismo, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes.